

BOLETIM DA EDUCAÇÃO 2026



Fapespa

GOVERNO DO PARÁ

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural - DIEPSAC

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Alana Maria Ferreira Borges
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Diocélia do Socorro Pereira Nery da Costa
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Publicação Oficial:
© 2026 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Brigadeiro Protásio, 621.
Bairro: Souza – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Alana Maria Ferreira Borges

Coordenadora de Estudos Sociais
Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

EQUIPE TÉCNICA
Alana Maria Ferreira Borges
Nara Isa da Silva Lages

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Evolução da taxa de analfabetismo – Brasil x Pará (2020-2024).....07
Gráfico 02 – Evolução do número de estabelecimentos de educação básica – Pará (2020-2024).....09
Gráfico 03 – Percentual de estabelecimentos de educação básica, por RI – Pará (2022–2024).....10
Gráfico 04 – Evolução do número de matrículas na educação básica e sua proporção em relação à população do Pará (2020-2024).....11
Gráfico 05 – Evolução do número de matrículas na educação infantil e a sua taxa de escolarização bruta – Pará (2020-2024).....17
Gráfico 06 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino fundamental regular, de pessoas de 6 a 14 anos de idade – Pará (2020-2024).....20
Gráfico 07 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino médio, de pessoas de 15 a 17 anos de idade – Pará (2020-2024).....23
Gráfico 08 – Evolução da Taxa de aprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....26
Gráfico 09 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....26
Gráfico 10 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....27
Gráfico 11 – Evolução das taxas de aprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....28
Gráfico 12 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....29
Gráfico 13 – Evolução das taxas de abandono (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).....29
Gráfico 14 – Evolução do número de matrículas na educação superior – Pará (2020-2024).....30
Gráfico 15 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização bruta do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará (2020-2024).....31
Gráfico 16 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização líquida do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará (2020-2024).....32

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Número de matrículas na educação básica, por etapa de ensino – Pará (2020-2024).....11
Tabela 02 – Número de matrículas na educação básica, por modalidade de ensino – Pará (2020-2024).....12
Tabela 03 – Número de matrículas na educação básica, por RI – Pará (2020-2024).....13
Tabela 04 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação básica – Pará (2020-2024).....14
Tabela 05 – Percentual de matrículas na educação básica, por sexo e raça/cor – Pará (2020-2024).....15
Tabela 06 – Número de matrículas na educação básica, por faixa etária – Pará (2020-2024).....15
Tabela 07 – Número de matrículas na educação infantil, por etapa de ensino – Pará (2020-2024).....16
Tabela 08 – Número de matrículas na educação infantil, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).....17
Tabela 09 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação infantil – Pará (2020-2024).....18
Tabela 10 – Número de matrículas no ensino fundamental – Pará (2020-2024).....19
Tabela 11 – Número de matrículas no ensino fundamental, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).....20
Tabela 12 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas no ensino fundamental – Pará (2020-2024).....21
Tabela 13 – Número de matrículas no ensino médio – Pará (2020-2024).....22
Tabela 14 – Número de matrículas no ensino médio, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).....24
Tabela 15 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas no ensino médio – Pará (2020-2024).....24
Tabela 16 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por modalidade de ensino – Pará (2020-2024).....33
Tabela 17 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por grau acadêmico – Pará (2020-2024).....33
Tabela 18 – Número de matrículas do ensino superior, por tipo de financiamento estudantil – Pará (2020-2024).....34
Tabela 19 – Número de matrículas na educação superior, por RI – Pará (2020-2024).....34
Tabela 20 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação superior – Pará (2020-2024).....35
Tabela 21 – Percentual de matrículas na educação superior, por sexo e raça/cor – Pará (2020-2024).....36
Tabela 22 – Número de matrículas na educação superior, por faixa etária – Pará (2020-2024).....37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6
1 EDUCAÇÃO BÁSICA 8
2 EDUCAÇÃO INFANTIL 16
3 ENSINO FUNDAMENTAL 18
4 ENSINO MÉDIO 22
5 TAXAS DE RENDIMENTO 25
6 ENSINO SUPERIOR 30
REFERÊNCIAS 38

INTRODUÇÃO

O acesso à educação no Brasil é assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 205, onde é afirmado que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Outro importante instrumento legal brasileiro é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), que disciplina a educação escolar desenvolvida, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias, devendo estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

A educação escolar sofreu mudanças significativas no período da pandemia de Covid-19, que teve início em 2020 no Brasil e provocou a necessidade de mudanças em hábitos cotidianos para a preservação da saúde da população. O processo educacional se viu diante de uma crise sanitária de nível global, com repercussão nas áreas econômica e social, foi fortemente afetado com prejuízos pedagógicos intensos devido, dentre ouros fatores, à imposição do isolamento social e ao aumento das desigualdades dos sistemas educacionais públicos no Brasil. A intensa ampliação da educação à distância foi uma das principais mudanças na metodologia de ensino-aprendizagem.

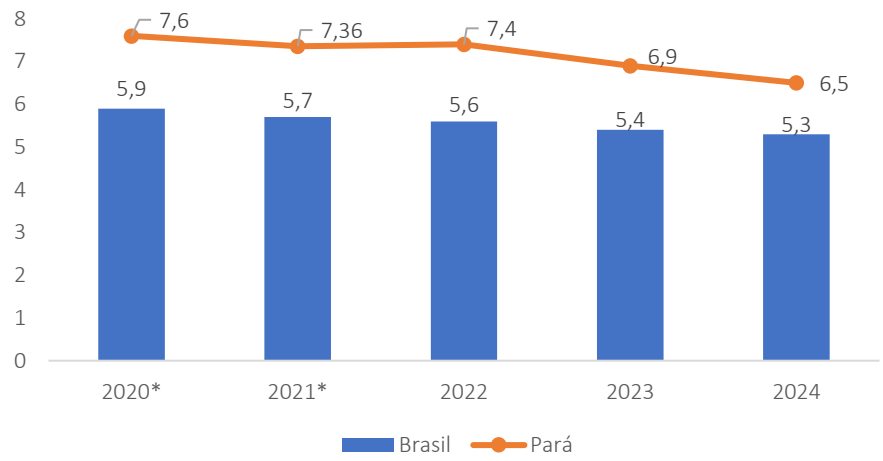
Um dos principais esforços do governo brasileiro no âmbito da educação tem sido o de combater o analfabetismo no país. Para esta finalidade, tem como base, atualmente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada[1], voltado para a garantia da alfabetização das crianças brasileiras, e o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens e adultos, que foi reestruturado pelo Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA)[2].

De acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil, em 2024, chegou a 5,3%, correspondendo a cerca de 9 milhões de pessoas. Ao considerarmos a evolução da taxa no cenário nacional e paraense, de 2020 a 2024, conforme o Gráfico 01, verifica-se comportamento decrescente para ambas as áreas geográficas. No estado, a taxa diminuiu de 7,6 (2020) para 6,5 (2024), enquanto no país passou de 5,9 (2020) para 5,3 (2024). Na variação, o Brasil apresentou recuo de 0,6 p.p. no período, enquanto no Pará a redução foi de 1,1 p.p. Também podemos observar que, em todos os anos ilustrados, a taxa do estado esteve acima da registrada no país.

[1] Tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca a recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. Instituído pelo Decreto Nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11556.htm#art37.

[2] Trata-se de uma política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com a União, estados, Distrito Federal e municípios com a finalidade de superar o analfabetismo, elevar a escolaridade, ampliar ofertas de matrículas da EJA e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional. Instituído pelo Decreto Nº 12.048, de 5 de junho de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm.

Gráfico 01 – Evolução da taxa de analfabetismo – Brasil x Pará (2020-2024).



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Elaboração: CES/Fapespa – 2026.
Nota 1: taxa de analfabetismo é a razão entre o número de pessoas de determinada faixa etária que não sabem ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhecem e o total de pessoas dessa mesma faixa etária.
Nota 2: a partir de 1º de agosto de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.
Nota 3: devido ao fato de as taxas de analfabetismo dos anos de 2020* e 2021* não terem sido divulgadas pelo IBGE, em consequência da pandemia (Covid-19), estas foram estimadas pela Fapespa, com base nas taxas de analfabetismo de 2016 a 2019.

Reconhecendo a importância de estudos sobre a temática da educação como um todo para o crescimento social brasileiro e considerando as principais premissas da educação escolar no Brasil, a Fapespa elaborou este Boletim da Educação 2026, com o objetivo de fornecer informações que sirvam de instrumento de consulta e acompanhamento da evolução dos indicadores da educação no estado do Pará, favorecendo a análise da qualidade educacional e proporcionando um debate que enriqueça a compreensão sobre o quadro atual e as perspectivas futuras acerca do ensino oferecido no estado.

O Boletim da Educação 2026 evidencia resultados da análise do cenário da educação no estado do Pará utilizando a base de dados de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e apresenta uma síntese das informações resultantes da Sinopse Estatística da Educação Básica, através dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, com informações gerais sobre as matrículas da educação no Pará, suas Regiões de Integração (RI) e os dez municípios com os maiores índices. O documento está estruturado em seis capítulos que abordam os principais indicadores relacionados à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e ao ensino superior e sua evolução.

Dessa maneira, este boletim possibilita traçar algumas tendências da educação escolar paraense, disponibilizando aos gestores públicos e à comunidade em geral informações sobre o atendimento da educação, podendo contribuir para a elaboração de políticas públicas adequadas à realidade do Pará.

1 EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação básica tem por finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, garantindo-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. No ordenamento jurídico brasileiro, a educação é consolidada pela Constituição Federal como um direito social universal e um dever compartilhado entre Estado e família. Seu objetivo primordial é o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Nesse sentido, entende-se que o acesso a uma educação de qualidade é condição imprescindível para o usufruto e a manifestação plena dos demais direitos sociais inerentes ao cidadão.

O Plano Nacional de Educação (PNE), previsto pela Constituição Federal e com vigência decenal (2014–2024), constitui o instrumento de planejamento do Sistema Nacional de Educação que estabelece metas e diretrizes estratégicas para o setor. Seu propósito central é a implementação de ações integradas entre as unidades federativas, visando à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino. Além disso, o plano preconiza a formação para o trabalho, a promoção do desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico do país, e a definição de metas para a aplicação de recursos públicos em educação (BRASIL, 2014).

O cenário educacional brasileiro enfrentou desafios e transformações profundas no período compreendido por este boletim (2020–2024). Os estabelecimentos de ensino estiveram imersos em uma complexa combinação de fatores políticos e sociais, com destaque para a pandemia de Covid-19, que reconfigurou as concepções e metodologias de ensino. A crise sanitária impôs mudanças abruptas no processo de ensino-aprendizagem global, cujos impactos principais decorreram do fechamento das escolas. Diante da necessidade de isolamento físico, o ensino remoto emergiu como a estratégia central para assegurar a continuidade do direito à educação.

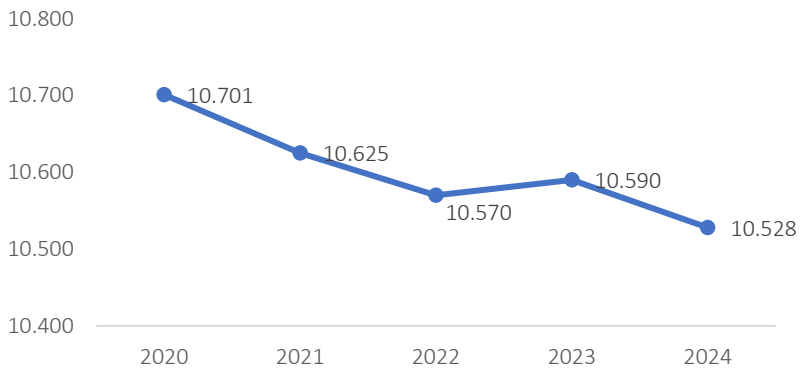
A retomada das aulas presenciais pós-período pandêmico, possibilitada pelo avanço da vacinação e pela diminuição dos casos de Covid-19 em 2021, fez com que a educação básica enfrentasse grandes desafios para recuperar as aprendizagens e realizar reajustes nos métodos pedagógicos. Neste contexto, é fundamental considerar a necessidade de investimentos tanto em infraestrutura física e tecnológica quanto em formação de educadores. Portanto, este capítulo visa

fornecer dados obtidos pela análise de indicadores que demonstram os desafios da educação no cenário pós-pandemia.

Dentre as métricas fundamentais para a avaliação da qualidade, da equidade e do ambiente de aprendizagem, destaca-se o indicador de infraestrutura escolar. O monitoramento dessa variável é realizado primordialmente pelo Inep, por meio do Censo Escolar. Tais dados evidenciam as condições físicas e materiais das instituições, elementos cruciais para o desempenho acadêmico e para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O Gráfico 02 detalha a evolução do número de estabelecimentos de educação básica no Pará entre 2020 e 2024, evidenciando uma trajetória de declínio no total de unidades na educação básica. Em 2020, o estado registrava 10.701 estabelecimentos, número que retraiu para 10.570 em 2022. Após uma sutil recuperação de 20 unidades em 2023, o indicador voltou a apresentar queda em 2024, encerrando o período com 10.528 instalações.

Gráfico 02 – Evolução do número de estabelecimentos de educação básica – Pará (2020-2024).

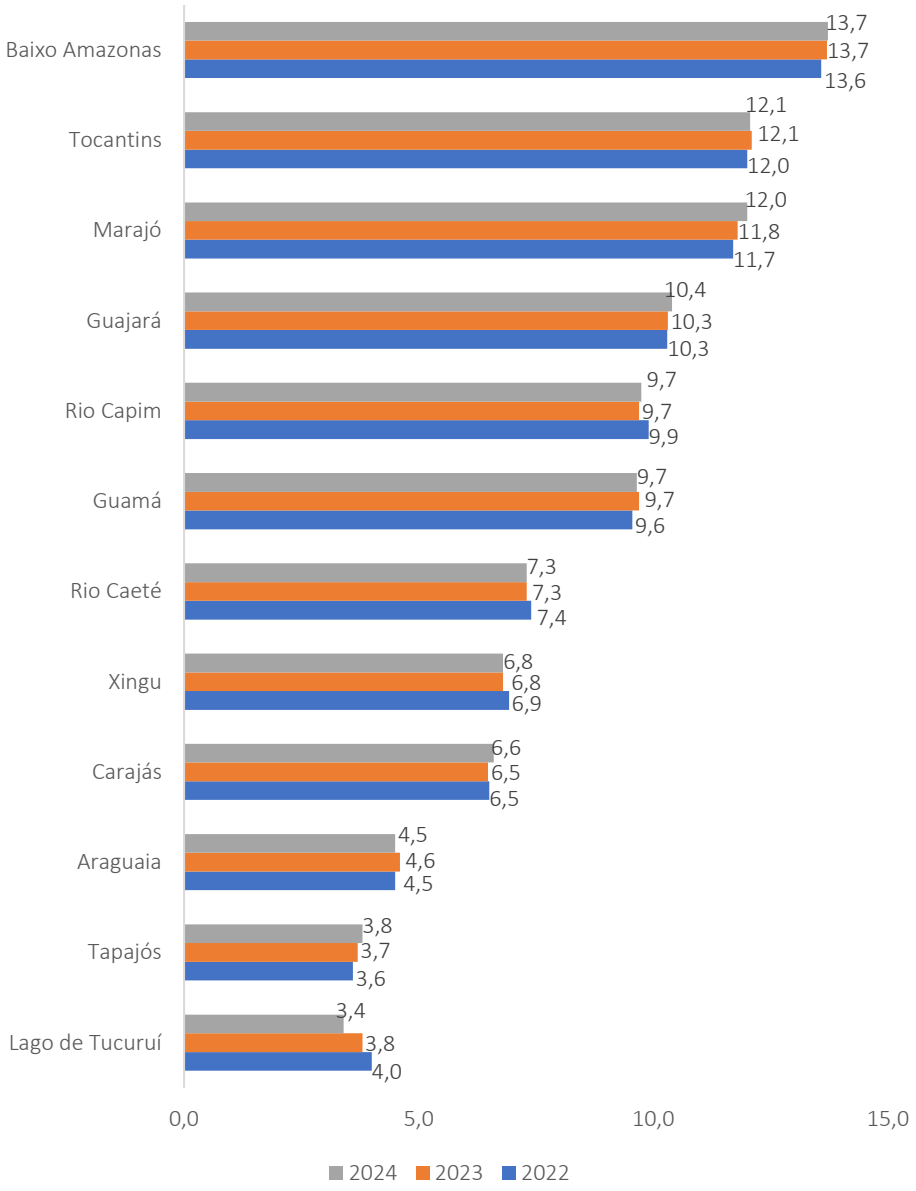


Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020–2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

No que diz respeito à distribuição dos estabelecimentos de educação básica entre as Regiões de Integração (RIs) no biênio 2022-2024 (Gráfico 03), observa-se que a R.I. Baixo Amazonas deteve a maior representatividade, concentrando 13,6% das unidades do estado. Na sequência, destacam-se as regiões Tocantins, com média de 12,1%, e Marajó, que alcançou 11,8%, registrando seu ápice em 2024 (12%).

A R.I. Guajará, que abrange a capital Belém, manteve uma média de 10,3%, apresentando leve crescimento em 2024, quando atingiu 10,4%. Em contrapartida, os menores percentuais de concentração foram verificados nas regiões Araguaia (4,5%), Tapajós (variando entre 3,6% e 3,8%) e Lago de Tucuruí, cujos índices oscilaram entre 3,4% e 4% no período analisado.

Gráfico 03 – Percentual de estabelecimentos de educação básica, por RI – Pará (2022–2024).

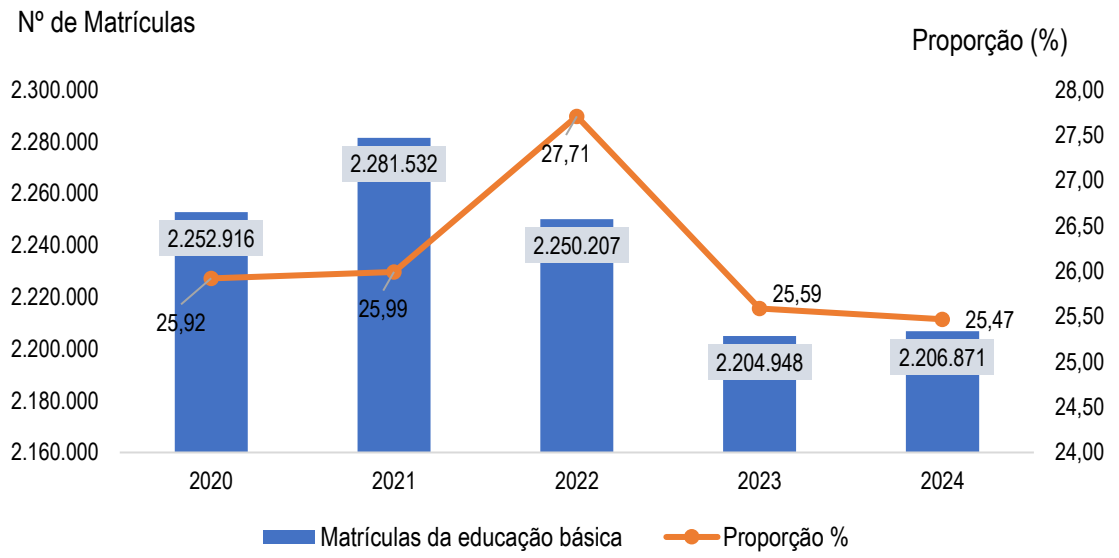


Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2023).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

A análise da evolução das matrículas na educação básica e sua representatividade frente à população total do Pará (2020-2024), detalhada no Gráfico 04, revela uma trajetória de crescimento inicial. Entre 2020 e 2022, o volume de matrículas saltou de 2.252.916 (25,92% da população) para 2.281.532, atingindo o ápice de 27,71% de cobertura proporcional. Vale ressaltar que esse acréscimo ocorreu em um período marcado pela crise sanitária global da Covid-19.

Contudo, a partir de 2023, observa-se um retrocesso nessa tendência. O contingente de alunos recuou para 2.204.948 (25,59% da população) e, em 2024, manteve a trajetória de declínio proporcional, registrando 2.206.948 matrículas, o que representa 25,47% da população paraense.

Gráfico 04 – Evolução do número de matrículas na educação básica e sua proporção em relação à população do Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: dados coletados até 02.03.2026.

1.1 Matrículas

A análise das matrículas por etapa de ensino, consolidada na Tabela 01, revela tendências distintas de crescimento e retração. No segmento da Educação Infantil, observou-se uma expansão de 14,3%, o que resultou em uma participação de 16,5% no volume total de matrículas. O Ensino Médio também apresentou variação positiva, com alta de 4,3%, representando 20,4% do atendimento estadual no período.

Em contrapartida, o Ensino Fundamental registrou uma retração de -7,4%. Apesar desse declínio, a etapa permanece como o principal pilar da educação básica no estado, concentrando a maior fatia do sistema, com 63,1% do total de alunos matriculados.

Tabela 01 – Número de matrículas na educação básica, por etapa de ensino – Pará (2020-2024).

Etapa de Ensino	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**2.252.916**	**2.206.871**	**-2,0**	**100,0**
Educação Infantil	318.301	363.886	14,3	16,5
Ensino Fundamental*	1.502.326	1.391.900	-7,4	63,1
Ensino Médio**	432.289	451.085	4,3	20,4

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

Nota*: o número de matrículas do ensino fundamental representa a soma das matrículas do ensino fundamental regular e EJA – Fundamental.
Nota**: o número de matrículas do ensino médio representa a soma das matrículas do ensino médio regular e EJA – Médio;
Nota***: o número de matrículas do ensino técnico profissionalizante representa a soma das matrículas do curso técnico concomitante, do curso técnico subsequente e do curso FIC12 concomitante.
Nota: dados coletados até 02.03.2026.

A análise das modalidades de ensino no Pará entre 2020 e 2024 (Tabela 02) destaca a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como o segmento de maior representatividade, registrando aproximadamente 149 mil matrículas em 2024 e detendo 53,3% de participação no ano anterior. Contudo, apesar de sua liderança, a modalidade enfrentou uma retração de -10,4% em seu contingente no último ano.

Em sentido oposto, a Educação Especial apresentou um crescimento expressivo de 41,9%, atingindo a marca de cerca de 71 mil matrículas e consolidando 25,4% de participação no quadriênio. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio também registrou expansão, com alta de 34,6% em 2024 e participação de 14,9%. Por outro lado, a formação inicial e continuada (FIC) recuou -16,5%, restando com apenas 0,4% do total. De forma agregada, o estado apresentou um crescimento de 6,1% no volume total de matrículas por modalidade em 2024.

Tabela 02 – Número de matrículas na educação básica, por modalidade de ensino – Pará (2020-2024).

Modalidade de Ensino	Números de Matrículas		Var. (%) 2020 - 2024	Part. (%) 2024
	2020	2024		
Total Pará	**264.162**	**280.210**	**6,1**	**100,0**
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	31.099	41.862	34,6	14,9
Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)	1.233	1.029	-16,5	0,4
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	166.647	149.313	-10,4	53,3
Educação Especial	50.239	71.269	41,9	25,4
Educação Indígena	14.944	16.737	12,0	6,0

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020–2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: dados coletados até 02.03.2026.

A análise do volume de matrículas na educação básica do Pará, detalhada na Tabela 03, revela uma retração de -2% no estado durante o período 2020-2024. Entre as Regiões de Integração (RI) que registraram crescimento, destaca-se o Marajó, com alta de 7,7%, seguido por Carajás (6%), Araguaia (4,7%), Tapajós (4,4%) e Xingu (2,2%). Em sentido oposto, as maiores variações negativas foram observadas nas RIs Guajará (-8,8%), Lago de Tucuruí (-8,2%) e Rio Caeté (-7,3%).

Quanto à representatividade no total de matrículas em 2024, a RI Guajará manteve o maior percentual de participação (19,1%), seguida pelo Baixo Amazonas (10,7%) e Tocantins (10,5%). No lado

oposto, as menores participações foram registradas nas regiões do Lago de Tucuruí (4,1%) e Tapajós (3,2%)

Tabela 03 – Número de matrículas na educação básica, por RI – Pará (2020-2024).

R.I	Nº de Matrículas		Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
	2020	2024		
Pará	**2.252.916**	**2.206.871**	**-2,0**	**100,0**
Araguaia	122.811	128.640	4,7	5,8
Baixo Amazonas	239.229	236.209	-1,3	10,7
Carajás	206.544	218.987	6,0	9,9
Guajará	461.926	421.299	-8,8	19,1
Guamá	185.789	179.402	-3,4	8,1
Lago de Tucuruí	98.016	90.016	-8,2	4,1
Marajó	190.887	205.576	7,7	9,3
Rio Caeté	145.283	134.724	-7,3	6,1
Rio Capim	177.689	169.841	-4,4	7,7
Tapajós	67.158	70.104	4,4	3,2
Tocantins	240.510	232.393	-3,4	10,5
Xingu	117.074	119.680	2,2	5,4

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: dados coletados até 02.03.2026.

A Tabela 04 apresenta os dez municípios paraenses com os maiores volumes de matrículas na educação básica entre 2020 e 2024. Em 2024, o ranking foi liderado por Belém (264.881), Ananindeua (103.506) e Santarém (100.308). No entanto, ao analisar a variação no período, observa-se que justamente dois dos três municípios registraram as retrações mais expressivas: Belém (-10,6%) e Ananindeua (-5,3%).

Outros municípios que também apresentaram redução no total de matrículas foram Cametá (-6%), Marabá (-2,8%) e Abaetetuba (-2,7%) e Santarém (-0,9%). Em contrapartida, registraram crescimento os municípios de Breves (17,1%), Parauapebas (9%), Castanhal (2,6%) e Barcarena (2,4%). Em termos de representatividade nacional do estado, Belém, Ananindeua e Santarém concentram, respectivamente, 12%, 4,7% e 4,5% das matrículas totais.

Tabela 04 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação básica – Pará (2019–2023).

PA/Municípios	Nº de Matrículas		Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
	2020	2024		
Pará	**2.252.916**	**2.206.871**	**-2,0**	**100,0**
Belém	296.362	264.881	-10,6	12,0
Ananindeua	109.261	103.506	-5,3	4,7
Santarém	101.256	100.308	-0,9	4,5
Parauapebas	68.865	75.076	9,0	3,4
Marabá	75.673	73.568	-2,8	3,3
Castanhal	53.878	55.274	2,6	2,5
Abaetetuba	45.382	44.173	-2,7	2,0
Breves	34.757	40.702	17,1	1,8
Cametá	41.825	39.314	-6,0	1,8
Barcarena	36.248	37.101	2,4	1,7

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

1.2 Perfil dos estudantes matriculados na educação básica

A distribuição das matrículas por sexo na educação básica, conforme a Tabela 05, indica uma predominância do público masculino em 2024, apesar de uma retração de (-1,2%) comparada a 2020. Em contrapartida, as matrículas do sexo feminino registraram um crescimento de 1,3% no mesmo período.

No recorte por raça/cor, a categoria “parda” mantém a maioria absoluta, representando 53,9% do total em 2024, com um aumento expressivo de 15,5% em relação a 2020. Os alunos que “não declararam” cor/raça ocupam a segunda posição (34%), embora este grupo tenha apresentado uma queda de (-22,2%). A população “branca” apresentou um crescimento de 19,1%.

Nota-se, ainda, um avanço significativo nas autodeclarações: o grupo de alunos de raça/cor preta alcançou 2,9% das matrículas, com o maior incremento percentual do período (51,4%). Já os alunos indígenas somaram 1% do total em 2024, apresentando uma variação positiva de 22,7%.

Tabela 05 – Percentual de matrículas na educação básica, por sexo e raça/cor – Pará (2020-2024).

Anos	Sexo		Raça/cor					
	Masculino	Feminino	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Declarada
2020	51,3	48,7	7,5	1,9	45,9	0,2	0,8	43,8
2024	50,7	49,3	8,9	2,9	53,0	0,2	1,0	34,0
Var.(%) 2020-2024	**-1,2**	**1,3**	**19,1**	**51,4**	**15,5**	**16,7**	**22,7**	**-22,2**

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

A Tabela 06 detalha a distribuição das matrículas na educação básica do Pará por faixa etária entre 2020 e 2024. No período analisado, o volume total de matriculados registrou uma retração de -2%, passando de 2.252.916 (2022) para 2.206.871 (2024).

Em 2024, três faixas etárias concentraram o maior contingente de alunos: de 6 a 14 anos, com 1.212.397 matrículas (54,9% do total); de 15 a 17 anos, com 389.478 (17,6%); e de 3 a 5 anos, que somou 345.619 matrículas (15,7%).

No que se refere à variação percentual, os maiores crescimentos foram observados nos extremos das faixas etárias: o grupo de 40 anos ou mais apresentou uma alta expressiva de 60,2%, seguido pela faixa de 3 a 5 anos, com incremento de 12,5%.

Tabela 06 – Número de matrículas na educação básica, por faixa etária – Pará (2020-2024).

PA/Faixa etária	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**2.252.916**	**2.206.871**	**-2,0**	**100,0**
De 3 a 5 anos	307.142	345.619	12,5	15,7
De 6 a 14 anos	1.265.951	1.212.397	-4,2	54,9
15 a 17 anos	389.007	389.478	0,1	17,6
18 a 24 anos	198.488	152.379	-23,2	6,9
25 a 29 anos	29.528	26.235	-11,2	1,2
30 a 39 anos	35.643	37.262	4,5	1,7
40 anos ou mais	27.157	43.501	60,2	2,0

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil abrange a educação para crianças de 0 a 5 anos de idade e está dividida em duas etapas, tendo como objetivo principal auxiliar o desenvolvimento de suas habilidades, incluindo as cognitivas e pedagógicas. As creches atendem crianças de 0 a 3 anos, oferecendo cuidados básicos e estímulos adequados ao seu desenvolvimento, enquanto as pré-escolas são voltadas para crianças de 4 a 5 anos, tendo como objetivo prepará-las para a entrada no ensino fundamental, estimulando sua curiosidade, criatividade e habilidades sociais.

Foram registradas 363.886 matrículas na educação infantil do Pará em 2024, quantidade superior ao registrado em 2020 (318.301), variação de 14,3%. O quantitativo referente à pré-escola é maior do que o que diz respeito às creches; a primeira demarcou participação percentual de 68,7%, enquanto a segunda 31,3%. Ambas as etapas demarcaram crescimento no número de matrículas, com variação de 39,9% (creches) e 5,5% (pré-escola), entre 2020 e 2024, como pode ser observado na tabela 07.

Tabela 07 – Número de matrículas na educação infantil, por etapa de ensino – Pará (2019–2023).

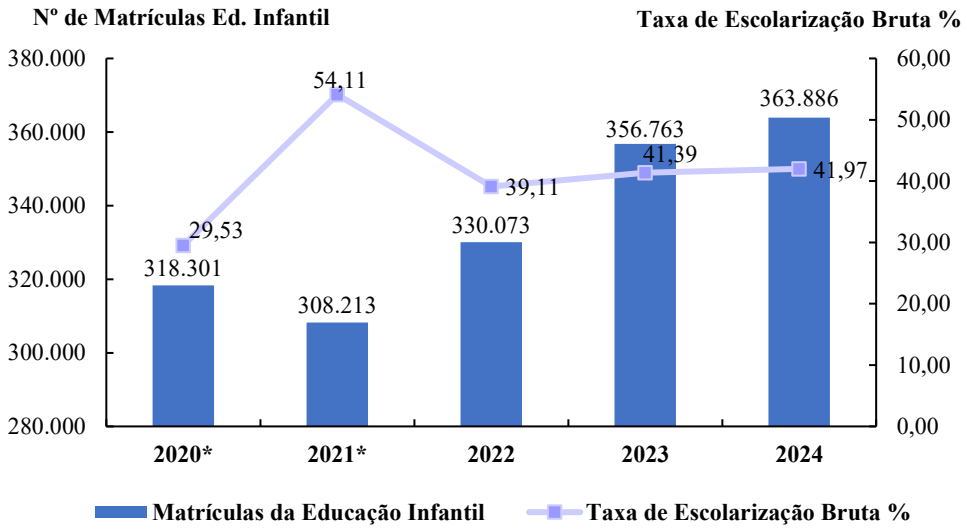
Educação Infantil	2020	2024	Var.(%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**318.301**	**363.886**	**14,3**	**100,0**
Creche	81.549	114.051	39,9	31,3
Pré - Escola	236.752	249.835	5,5	68,7

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020–2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

Considerando a evolução do número de matrículas na séria anual de 2020 a 2024, nota-se retração para 308 mil matrículas em 2021, menor quantitativo do período; posteriormente, o indicador cresceu progressivamente. Por outro lado, a taxa de escolarização bruta obteve seu ápice em 2021, com 54,11%, maior percentual registrado na série; em 2022 diminuiu para 39,11% e em seguida cresceu e se manteve em cerca de 41% até 2024 (Gráfico 05).

As variações no período de 2020 a 2021, especialmente, estão intrinsecamente associadas aos desafios enfrentados no período pandêmico da Covid-19, que, em um primeiro momento, impactou negativamente a frequência escolar, levando à diminuição das matrículas e da escolarização e, posteriormente, a partir da implementação de medidas de incentivo à aprovação e permanência escolar, houve elevação na escolarização, embora o número de matrículas tenha continuado em baixa.

Gráfico 05 – Evolução do número de matrículas na educação infantil e a sua taxa de escolarização bruta – Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota*: dados sobre a população nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos não foram divulgados pelo IBGE/SIDRA nos anos de 2020 e 2021, motivo pelo qual foram calculadas estimativas populacionais para estas faixas etárias através de métodos de previsão linear.

Ao considerarmos a distribuição das matrículas da educação infantil por RI, conforme a tabela 08, observa-se que o maior volume em 2024 foi na RI Guajará, cuja participação apontou 15,3%, seguida da RI Tocantins, com 11,4%. Com menor quantitativo estiveram as RIs Tapajós (3,9%) e Lago de Tucuruí (4,3%), neste mesmo ano. Todas as regiões registraram evolução crescente entre 2020 e 2024, com destaque para maior variação (%) na RI Marajó (31,1%) e RI Araguaia (25,1%).

Tabela 08 – Número de matrículas na educação infantil, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).

R.I	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**318.301**	**363.886**	**14,3**	**100,0**
Araguaia	20.653	25.835	25,1	7,1
Baixo Amazonas	34.644	40.248	16,2	11,1
Carajás	32.076	38.611	20,4	10,6
Guajará	54.221	55.580	2,5	15,3
Guamá	25.279	28.023	10,9	7,7
Lago de Tucuruí	13.989	15.761	12,7	4,3
Marajó	24.980	32.743	31,1	9,0
Rio Caeté	20.289	20.707	2,1	5,7
Rio Capim	26.928	30.631	13,8	8,4

Tapajós	11.790	14.088	19,5	3,9
Tocantins	35.809	41.527	16,0	11,4
Xingu	17.643	20.132	14,1	5,5

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

Na lista dos dez municípios com maior número de matrículas na educação infantil em 2024, as primeiras colocações foram ocupadas por Belém (32.016), Santarém (16.893) e Ananindeua (13.807), com participações de 8,8%, 4,6% e 3,8%, respectivamente. Considerando a variação percentual, entre 2020 e 2024, apenas Belém registrou diminuição do indicador (-3,0%). Destaca-se o município de Breves, que obteve maior variação (71,4%), seguido de Barcarena (24,8%).

Tabela 09 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação infantil – Pará (2020-2024).

PA/Municípios	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**318.301**	**363.886**	**14,3**	**100,0**
Belém	32.990	32.016	-3,0	8,8
Santarém	15.346	16.893	10,1	4,6
Ananindeua	11.642	13.807	18,6	3,8
Parauapebas	11.014	12.411	12,7	3,4
Marabá	11.044	12.411	12,4	3,4
Abaetetuba	6.879	7.992	16,2	2,2
Castanhal	6.316	7.504	18,8	2,1
Breves	4.182	7.168	71,4	2,0
Barcarena	5.523	6.893	24,8	1,9
Itaituba	6.005	6.868	14,4	1,9

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

3 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental constitui a etapa mais extensa da educação básica, com duração de nove anos. Voltada ao atendimento de estudantes entre 6 e 14 anos, essa fase abrange crianças e adolescentes que vivenciam transformações profundas nos aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e afetivos. Como etapa obrigatória, seu objetivo central é assegurar o domínio da leitura, da escrita e do

cálculo, além de fomentar a compreensão do ambiente social, das artes e dos valores fundamentais que regem a vida em sociedade.

No que tange à concentração de matrículas no Ensino Fundamental, verificou-se uma retração de (-7,4%) no estado entre 2020 e 2024. O maior volume de alunos concentra-se nos Anos Iniciais, que detêm 52% de participação, seguidos pelos Anos Finais, com 41,8%. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) responde pelos 6,2% restantes.

Ao analisar a variação no período, observa-se que os Anos Iniciais registraram queda de (-8,3%), enquanto os Anos Finais apresentaram uma redução de (-3,8%). O declínio mais acentuado, contudo, ocorreu na EJA, que sofreu uma perda de (-20,2%), a maior entre as etapas analisadas, conforme detalhado na Tabela 10.

Tabela 10 – Número de matrículas no ensino fundamental – Pará (2020-2024).

Ensino Fundamental	2020	2024	Var.(%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**1.502.326**	**1.391.900**	**-7,4**	**100,0**
Anos Iniciais	789.524	724.044	-8,3	52,0
Anos Finais	604.487	581.400	-3,8	41,8
Subtotal	**1.394.011**	**1.305.444**	**-6,4**	**-**
EJA Fundamental	108.315	86.456	-20,2	6,2

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

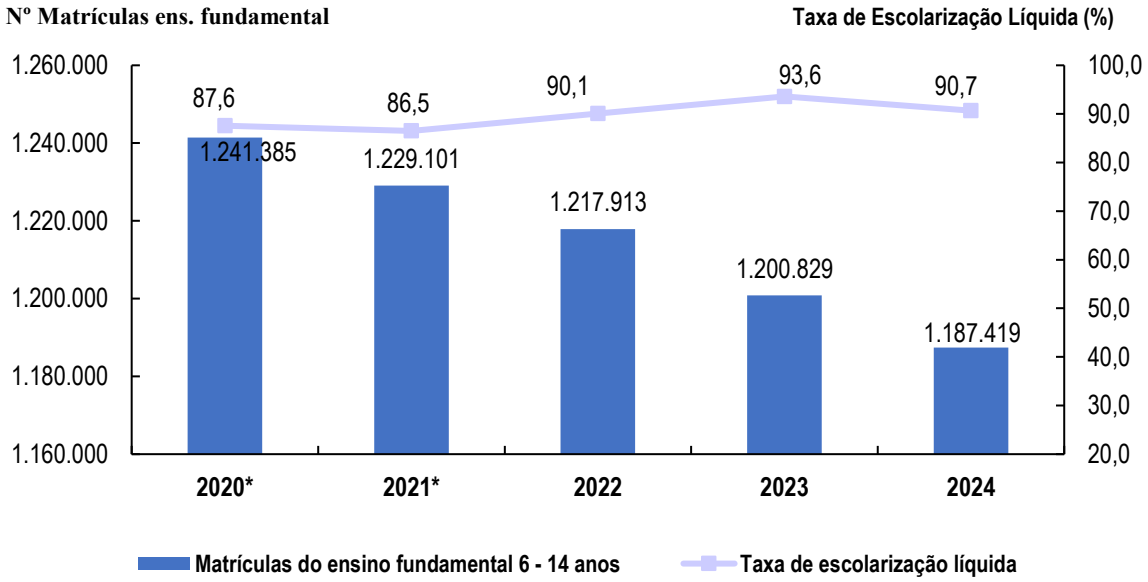
Conforme ilustrado no Gráfico 06, que demonstra a evolução do número de matrículas e a taxa de escolarização líquida, verificou-se que o Ensino Fundamental no Pará registrou uma retração progressiva no volume de matrículas entre 2020 e 2024, declinando de 1.241.385 para 1.187.419. Em contrapartida, a Taxa de Escolarização Líquida apresentou um avanço de 3,53%, elevando-se de 87,6% para 90,7% no mesmo período.

Esse incremento na taxa líquida, ocorrido apesar da redução no número absoluto de matrículas e dos severos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, reflete a eficácia de políticas públicas voltadas à permanência escolar.

Embora a crise sanitária tenha impactado negativamente a frequência e o acesso, especialmente em áreas remotas, os investimentos em infraestrutura e estratégias de inclusão digital foram determinantes para assegurar a continuidade do ensino e melhorar os indicadores de acesso à educação básica para a população paraense permanência escolar e investimentos em infraestrutura educacional

contribuíram para melhorar a taxa de escolarização, visando assegurar o acesso à educação básica para todos os paraenses.

Gráfico 06 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino fundamental regular, de pessoas de 6 a 14 anos de idade – Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/ IBGE - SIDRA, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota*: dados sobre a população nas faixas etárias de 6 a 9 anos e de 10 a 14 anos não foram divulgados pelo IBGE/SIDRA nos anos de 2020 e 2021, motivo pelo qual foram calculadas estimativas populacionais para estas faixas etárias através de métodos de previsão linear.

A Tabela 11 apresenta a distribuição das matrículas no ensino fundamental do Pará, por Região de Integração (RI), durante o quadriênio 2020-2024. No intervalo analisado, o volume total de alunos apresentou uma retração de -7,4%, declinando de 1.502.326 para 1.391.900 matrículas. Entre as RIs que registraram acréscimo, destacam-se Carajás (1,1%), Araguaia (0,9%), Marajó e Tapajós (0,2%). Em contrapartida, os declínios mais acentuados ocorreram nas regiões Lago de Tucuruí (-16,1%), Rio Caeté (-12,4%), Guajará (-11,8%) e Rio Capim (-11,6%).

No que tange à representatividade em 2024, a RI Guajará preservou a maior fatia de participação (18,4%), seguida pelo Baixo Amazonas (10,5%), Marajó e Tocantins (10,9%). Por outro lado, os menores percentuais de participação concentraram-se nas regiões do Tapajós (3,2%) e Lago de Tucuruí (4,0%).

Tabela 11 – Número de matrículas no ensino fundamental, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).

PA/ R. I	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**1.502.326**	**1.391.900**	**-7,4**	**100,0**
Araguaia	82.120	82.849	0,9	6,0
Baixo Amazonas	156.867	146.244	-6,8	10,5

Carajás	133.962	135.493	1,1	9,7
Guajará	290.110	255.918	-11,8	18,4
Guamá	122.327	109.943	-10,1	7,9
Lago de Tucuruí	67.105	56.331	-16,1	4,0
Marajó	143.064	143.327	0,2	10,3
Rio Caeté	97.407	85.284	-12,4	6,1
Rio Capim	120.144	106.262	-11,6	7,6
Tapajós	43.947	44.056	0,2	3,2
Tocantins	161.224	143.717	-10,9	10,3
Xingu	84.049	82.476	-1,9	5,9

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

A Tabela 12 elenca os dez municípios paraenses com os maiores volumes de matrículas no ensino fundamental entre 2020 e 2024. No último ano do período, o ranking foi liderado por Belém (160.157), Ananindeua (63.906) e Santarém (60.239). Contudo, a análise da variação temporal revela que sete desses municípios apresentaram declínio em seus contingentes. As retrações mais acentuadas foram observadas em Cametá (-13,5%), Belém (-13,2%) e Ananindeua (-9,6%), seguidas por Marabá (-8,0%), Castanhal (-7,2%), Barcarena (-6,6%) e Santarém (-4,2%).

Em contrapartida, registraram crescimento os municípios de Abaetetuba (15,9%), Parauapebas (6,0%) e Breves (5,8%). No que diz respeito à representatividade estadual, o trio formado por Belém, Ananindeua e Santarém concentra, respectivamente, 11,5%, 4,6% e 4,3% do total de matrículas do Pará.

Tabela 12 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas no ensino fundamental – Pará (2019–2023).

PA/ Municípios	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**1.502.326**	**1.391.900**	**-7,4**	**100,0**
Belém	184.568	160.157	-13,2	11,5
Ananindeua	70.675	63.906	-9,6	4,6
Santarém	62.899	60.239	-4,2	4,3
Parauapebas	43.649	46.252	6,0	3,3
Marabá	48.946	45.046	-8,0	3,2
Castanhal	34.023	31.583	-7,2	2,3
Breves	26.464	27.994	5,8	2,0
Abaetetuba	22.493	26.072	15,9	1,9
Cametá	28.871	24.961	-13,5	1,8
Barcarena	23.804	22.240	-6,6	1,6

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

4 ENSINO MÉDIO

O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração de três anos. Tem como finalidade "a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, (...); a preparação básica para o trabalho e a cidadania, (...); o aprimoramento como pessoa humana, (...); e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos" (BRASIL, 1996).

Sendo assim, este capítulo abordará a situação do ensino médio no estado do Pará, considerando as matrículas existentes e a taxa de escolarização líquida. Os indicadores estão desagregados para o estado do Pará, Regiões de Integração e os 10 municípios com maiores participações.

Em 2024, o total de matrículas no ensino médio chegou a 451.085, cerca de 18,7 mil matrículas a menos do que o registrado em 2020 (tabela 13). Na desagregação por modalidades, verifica-se maior número de matrículas no ensino médio propedêutico (329.098), que diz respeito à educação regular com disciplinas da matriz curricular pré-definida, sua participação correspondeu a 73% do total de matrículas do nível médio, apesar de ter diminuído 3,3% em relação a 2020. Esta modalidade vem substituindo o ensino médio normal/magistério, que obteve variação de -56,67% nas matrículas e participação de 0%.

A modalidade EJA Médio foi a segunda com mais matrículas de 2024 (61.578), obtendo 13,7% de participação. Seguidamente, esteve a Educação Profissional (curso técnico subsequente), com 32.710 matrículas e 7,3% de participação. Destaca-se que as modalidades Educação Profissional (curso técnico concomitante) e Curso Técnico Integrado (ensino médio integrado) registraram as maiores variações entre 2020 e 2024, sendo 114,21% e 53,8%, respectivamente.

Tabela 13 – Número de matrículas no ensino médio – Pará (2020-2024)

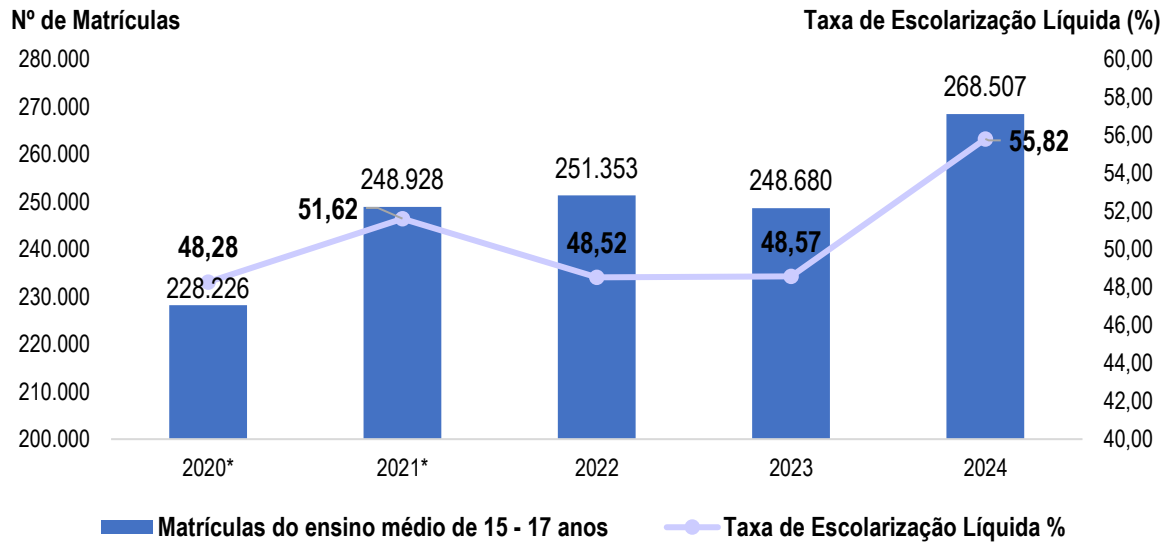
Matrículas Ensino Médio/Modalidades	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Ensino Medio**	**432.289**	**451.085**	**4,35**	**100,0**
Ensino Médio Propedêutico	340.333	329.098	-3,30	73,0
Ensino Médio Normal/Magistério	60	26	-56,67	0,0
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	14.054	21.622	53,85	4,8
EJA Médio	49.085	61.578	25,45	13,7
Educação Profissional (Curso Técnico Concomitante)	2.477	5.306	114,21	1,2
Educação Profissional (Curso Técnico Subsequente)	25.490	32.710	28,32	7,3
Educação Profissional (Curso FIC Concomitante)	790	745	-5,70	0,2

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2020-2024).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota*: ensino médio propedêutico é aquele com disciplinas regulares da grade curricular. As demais formas de ensino, na tabela 13, são ditas modalidades do ensino médio.
Nota**: o ensino médio normal/magistério existe somente no município de Breves/PA. Por isso, os poucos números de matrículas.

Observa-se no gráfico 07 a evolução do número de matrículas e a taxa de escolarização líquida do ensino médio, no Pará, de 2020 a 2024, considerando somente os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos inscritos no ensino médio. No primeiro ano foram identificadas 228.226 pessoas matriculadas, com taxa de escolarização de 48,28%. Ambos os indicadores apresentaram crescimento no ano seguinte (2021), quando demarcaram 248.928 matrículas e 51,62% de escolarização. Em 2022 e 2023 o indicador sofre declínio sucessivo, mas voltou a crescer em 2024, quando registrou seu ápice, chegando a 268.507 jovens no médio e 55,82% de escolarização, ou seja, mais da metade dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estiveram matriculados no ensino médio.

Gráfico 07 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino médio, de pessoas de 15 a 17 anos de idade – Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/ IBGE - SIDRA, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2025.
Nota*: a população nas faixas etárias de 15 a 17 anos, nos anos de 2020* e 2021*, não foi divulgada pelo IBGE/SIDRA. Logo, calcularam-se, para estas faixas etárias, estimativas populacionais através de métodos de previsão linear.

Concernente às RIs do Pará, em 2024, observa-se maior participação na RI Guajará, com 109.801 matriculados (24,3%), seguida pela RI Baixo Amazonas, com 49.717 (11%). A RI Tapajós (11.960) e a RI Xingu (17.072) apresentaram os menores quantitativos, correspondendo a 2,7% e 3,8% em participação, respectivamente. Em comparação com o ano de 2020, a maioria das regiões sofreram adição no indicador, sendo exceção a RI Guajará (-6,6%) e a RI Araguaia (-0,4%). As duas regiões com maior variação positiva foram Marajó (29,2%) e Xingu (11%).

Tabela 14 – Número de matrículas no ensino médio, por Região de Integração (RI) – Pará (2020-2024).

PA/R.I	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**432.289**	**451.085**	**4,3**	**100,0**
Araguaia	20.038	19.956	-0,4	4,4
Baixo Amazonas	47.718	49.717	4,2	11,0
Carajás	40.506	44.883	10,8	10,0
Guajará	117.595	109.801	-6,6	24,3
Guamá	38.183	41.436	8,5	9,2
Lago de Tucuruí	16.922	17.924	5,9	4,0
Marajó	22.843	29.506	29,2	6,5
Rio Caeté	27.587	28.733	4,2	6,4
Rio Capim	30.617	32.948	7,6	7,3
Tapajós	11.421	11.960	4,7	2,7
Tocantins	43.477	47.149	8,4	10,5
Xingu	15.382	17.072	11,0	3,8

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Nota: Dados coletados até 02.03.2026

No ranking dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas no ensino médio em 2024, Belém (72.708), Ananindeua (25.793) e Santarém (23.176) ocuparam as primeiras colocações, com participações de 16,1%, 5,7% e 5,1% do total do estado, sequencialmente. Entre 2020 e 2024, quatro dos municípios listados regrediram no indicador, com destaque para Belém (-7,7) e Ananindeua (-4,3%), que tiveram retração mais acentuada. Por outro lado, Castanhal destacou-se com maior variação (19,6%), seguido de Barcarena (15,1%) e Parauapebas (13,7%).

Tabela 15 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas no ensino médio – Pará (2020-2024).

PA/Municípios	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**432.289**	**451.085**	**4,3**	**100,0**
Belém	78.804	72.708	-7,7	16,1
Ananindeua	26.944	25.793	-4,3	5,7
Santarém	23.011	23.176	0,7	5,1
Castanhal	13.539	16.187	19,6	3,6
Parauapebas	14.202	16.143	13,7	3,6
Marabá	15.683	16.111	2,7	3,6

Abaetetuba	10.497	10.109	-3,7	2,2
Barcarena	6.921	7.968	15,1	1,8
Cametá	7.304	7.680	5,1	1,7
Bragança	7.629	7.549	-1,0	1,7

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Nota: Dados coletados até 02.03.2026

5 TAXAS DE RENDIMENTO

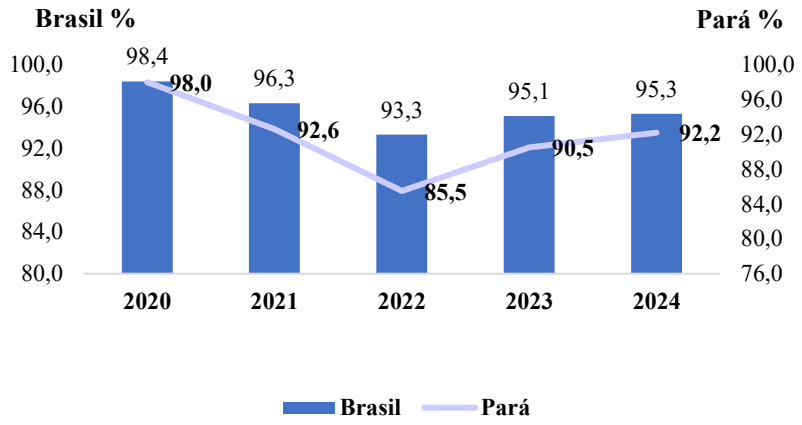
As taxas de rendimento escolar fazem parte do levantamento de dados e informações produzidas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com dados extraídos do Censo Escolar da Educação básica, tendo como um dos principais objetivos fazer a verificação e o acompanhamento dos dados das escolas e dos municípios. Além disso, as taxas de rendimento fazem parte do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador de qualidade educacional produzido e divulgado a cada dois anos. Para fins de análise dessa temática, foram elencados dados de 2020 a 2024 acerca da taxa de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental e no ensino médio no Pará, estabelecendo comparativo com o índice alcançado no Brasil.

5.1 Ensino Fundamental

A taxa de aprovação do ensino fundamental no Pará se mostrou abaixo do demarcado pelo Brasil em todos os anos analisados; no entanto, ambos registraram comportamentos semelhantes quanto à evolução do indicador, uma vez que registraram maior taxa em 2020, declinando até 2022, quando obtiveram a menor taxa do período e, posteriormente, voltaram a crescer até 2024, quando o Brasil alcançou 95,3% e o Pará 92,2% (Gráfico 08). Nota-se que em 2020 houve menor distanciamento entre as regiões (0,4 %.), enquanto em 2022 ocorreu maior distanciamento (7,8%).

Outro dado relevante acerca da aprovação figura na variação. Observa-se que, de 2020 a 2024, o Brasil decresceu 3,1% e o Pará 5,8%; e entre 2023 e 2024 o país manteve a taxa em 95% enquanto o Pará consegue elevar a aprovação em 1,7%.

Gráfico 08 – Evolução da Taxa de aprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).

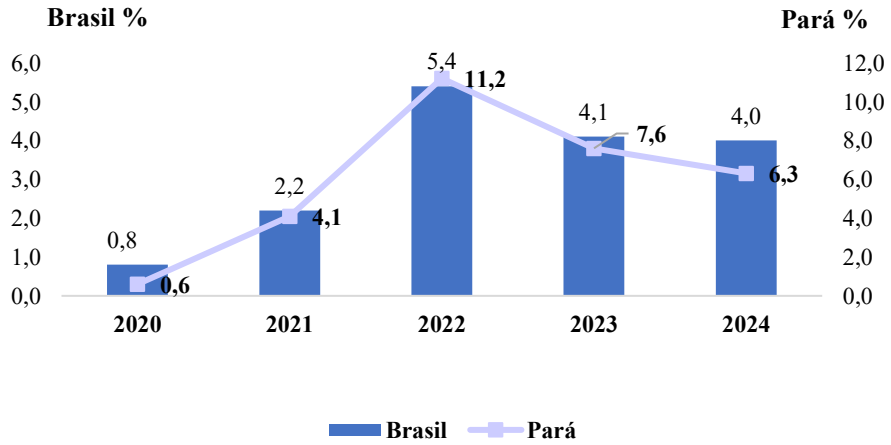


Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

Quanto à evolução das taxas de reprovação do ensino fundamental da rede pública, Brasil e Pará também apresentaram comportamentos semelhantes, com as menores taxas em 2020, ainda reflexo das implicações do contexto pandêmico da Covid-19, e alcançando o ápice em 2022. O país demarcou 0,8% de reprovação em 2020, 5,4% em 2022 e 4% em 2024; enquanto o estado obteve 0,6% (2020), 4,1% (2022) e 6,3% (2024).

A reprovação no Pará apresentou taxas mais elevadas do que as registradas no Brasil, sendo exceção apenas em 2020. A maior diferença foi de 5,8 p.p., registrada em 2022 (Gráfico 09). Por outro lado, no tocante à variação, registra-se que de 2023 a 2024, o Brasil diminuiu a reprovação em 0,1 p.p., enquanto o Pará conseguiu redução um pouco mais elevada (-1,3 p.p.).

Gráfico 09 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).

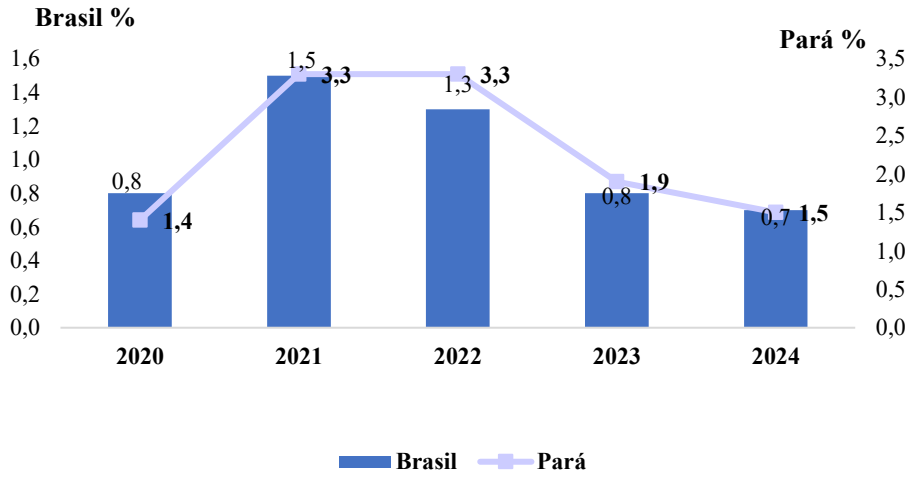


Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.

Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

Em relação à evolução das taxas de abandono (%), foi registrada elevação em 2021, com as maiores taxas tanto no Brasil (1,5%) quanto no Pará (3,3%); também neste ano registrou-se a maior diferença entre as regiões (1,8%). Nos anos seguintes ambas as regiões tiveram redução constante, chegando a 0,7% (Brasil) e 1,5% (Pará) em 2024. Nota-se que em todos os anos o Pará obteve taxa de abandono mais elevada do que o Brasil. Entre 2023 e 2024 o estado apresentou variação negativa, -0,4 p.p., enquanto no país foi de -0,1 p.p. (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

5.2 Ensino Médio

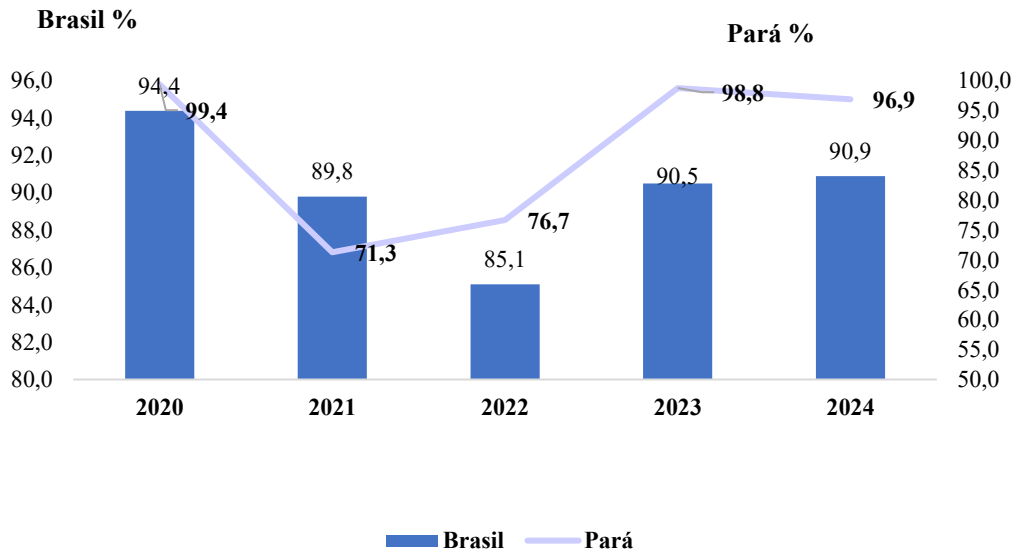
No Brasil, o ensino médio corresponde à etapa de desenvolvimento dos conhecimentos obtidos nas etapas anteriores, preparando os alunos para o mercado de trabalho e/ou para o ensino superior. Esta fase apresenta diversos desafios para os estudantes e instituições de ensino, tanto no modelo regular quanto no profissionalizante. Com duração de três anos, o que corresponde ao 1º, 2º e 3º anos, o ensino médio, no geral, é preferencialmente frequentado/cursado por alunos na faixa etária recomendada de 15 a 17 anos (BRASIL, 1996).

O ensino médio foi reestruturado pela Política Nacional de Ensino Médio (PNEM), instituída pela Lei nº 14945/2024, resultando na ampliação da formação geral básica para 2.400 horas, com valorização do tempo integral e ampliação do foco para a educação profissional e redução da evasão escolar.

A aprovação no ensino médio no Pará alcançou taxa de 99,4% em 2020, a maior do período analisado no gráfico 11, bem como esteve acima da registrada para o Brasil (94,4%). Nos dois anos

seguintes, ambas as regiões seguiram em redução, onde o Pará alcançou a menor taxa em 2021 (71,3%) e o Brasil em 2022 (85,1%). Nota-se ainda que apenas nestes dois anos da série estudada a taxa paraense é inferior à brasileira. Em 2024, a taxa de aprovação no Pará registra 96,9% e o Brasil 90,9%, com variação de -1,9 p.p. e 0,4p.p., respectivamente, em relação a 2023.

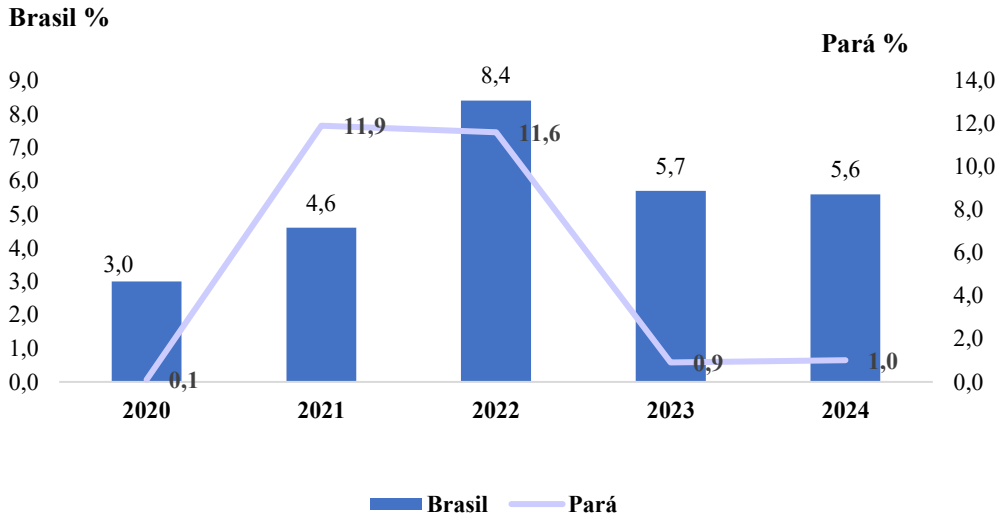
Gráfico 11 – Evolução das taxas de aprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

Quanto à evolução das taxas de reprovação do ensino médio, Brasil e Pará iniciam a série com os menores índices, 3% e 0,1%, respectivamente. Em 2021 o estado alcança seu ápice (11,9%), permanecendo com pouca variação até 2022, posteriormente declina para cerca de 1% em 2023 e 2024. Por outro lado, o país evolui com crescimento paulatino até 2022 (8,4%), quando atinge a maior taxa do período; depois sofre retração ficando com taxa em torno de 5% até 2024 (Gráfico 12). Observa-se ainda que somente em 2021 e 2022 o Pará superou o Brasil em reprovações do ensino médio; e em 2021 as taxas estiveram mais distantes, com 7,3 p.p. de diferença.

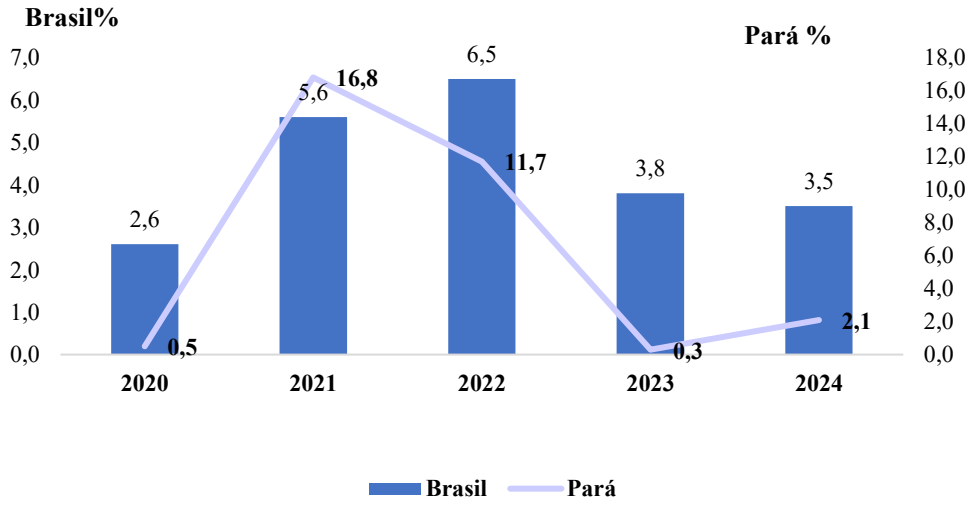
Gráfico 12 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

A taxa de abandono também demarcou baixo índice em 2020, no Brasil foi de 2,6% e no Pará 0,5%. No ano seguinte cresceu exponencialmente para 16,8% no estado, quando alcançou sua culminância; já o país obteve seu ápice em 2022 (6,5%). O Pará superou o Brasil apenas em 2021 e 2022, sendo o primeiro quando houve maior diferença entre eles, cerca de 11 p.p. Observa-se que entre 2023 e 2024 o país aponta pequena diminuição (-0,3 p.p.) na taxa de abandono, enquanto o estado aumenta 1,8 p.p. (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Evolução da taxas de abandono (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2020-2024.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2026.
Nota: trabalhou-se com as taxas de rendimento da esfera pública. Dados coletados até 02.03.2026.

6 ENSINO SUPERIOR

Conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação superior tem por finalidade integrar o estímulo à criação cultural ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico. Sua atuação desdobra-se na formação de profissionais qualificados nas diversas áreas do saber, no fomento à pesquisa e na difusão do conhecimento. Além disso, a legislação estabelece o compromisso com o aperfeiçoamento contínuo, a análise dos problemas contemporâneos, a promoção da extensão universitária junto à comunidade e o fortalecimento da universalização da educação básica.

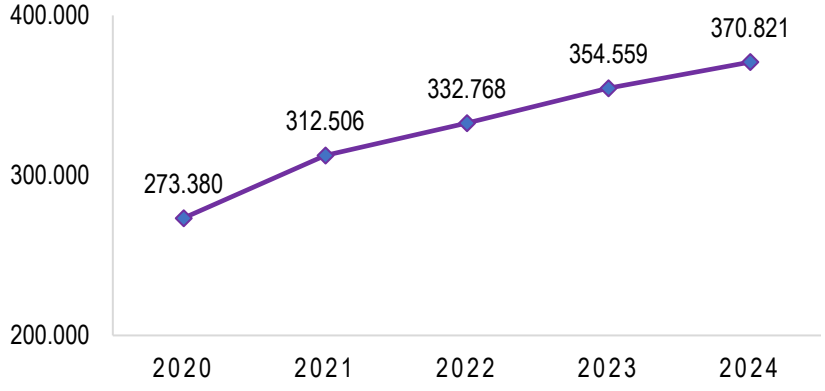
Nesse contexto, depreende-se que o capital intelectual de uma sociedade agrega valor aos seus sistemas produtivos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento civilizatório. Por conseguinte, a democratização do acesso aos níveis superiores de ensino torna-se um imperativo para a apropriação técnica e informativa, permitindo que a inovação tecnológica atue como mecanismo de redução das desigualdades sociais e promoção da equidade.

Dada a relevância da temática, este capítulo dedica-se à análise da educação superior no estado do Pará. A investigação compreende o exame do volume de matrículas, dos índices de escolarização, das modalidades de ensino — presencial e a distância —, bem como dos graus acadêmicos e das modalidades de financiamento estudantil. O recorte geográfico abrange a esfera estadual, as Regiões de Integração (RIs) e municípios paraenses que concentram os maiores contingentes de discentes matriculados.

6.1 Matrículas no ensino superior

Os dados do Gráfico 17, que ilustra a evolução das matrículas no ensino superior no Pará entre 2020 e 2024, revelam um crescimento de 35,64%. Esse percentual representa um incremento de 97.441 novos registros, elevando o total de matrículas de 273.380 (2020) para 370.821 (2024).

Gráfico 14 – Evolução do número de matrículas na educação superior – Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Nota: os dados do gráfico 17 estão contabilizando os ensinos presencial e à distância.
Dados coletados até 02/03/2026.

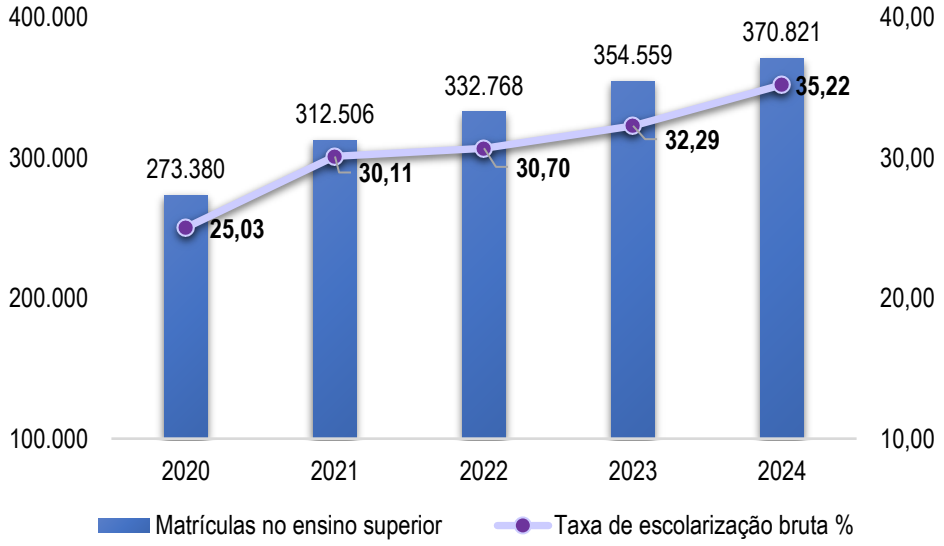
Taxa de escolarização Bruta (TMB)

A Taxa de Escolarização Bruta (TMB) no ensino superior é calculada pela razão entre o total de matrículas — independentemente da idade dos alunos — e a população na faixa etária de 18 a 24 anos. Esse indicador permite quantificar a capacidade de atendimento do sistema de ensino e verificar se a oferta de vagas é suficiente para contemplar o público-alvo previsto para essa etapa.

No que tange ao estado do Pará, o Gráfico 17 ilustra a evolução das matrículas e da TMB entre 2020 e 2024. Nota-se uma trajetória de crescimento contínuo: o volume de matrículas saltou de 273.380, no início do período, para 370.821, em 2024.

Complementarmente, os dados do Gráfico 18 indicam que a TMB no estado apresentou uma expansão de 40,71% entre a população na faixa etária recomendada pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, apesar desse avanço significativo, o Pará ainda não atingiu a Meta 12 do PNE, que estabelece o objetivo de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%.

Gráfico 15 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização bruta do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará (2020-2024).



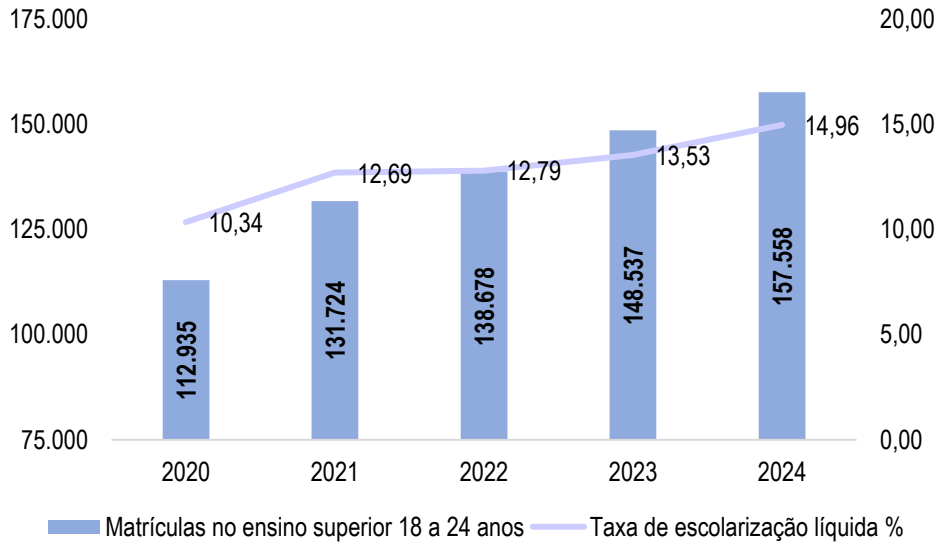
Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

Taxa de escolarização Líquida (TML)

A Taxa de Escolarização Líquida (TML) do ensino superior é calculada pela proporção de matriculados na faixa de 18 a 24 anos em relação ao total da população nessa mesma idade. Diferente da taxa bruta, a TML foca especificamente naqueles que frequentam o nível superior na idade recomendada.

Conforme o Gráfico 19, a TML no Pará registrou uma expansão de 44,60% entre 2020 e 2024, patamar que supera a meta de 33% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Acompanhando esse desempenho, o volume de matrículas de estudantes nessa faixa etária cresceu de 112.935 para 157.558 no período, representando um acréscimo de 44.623 novos discentes.

Gráfico 16 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização líquida do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará (2020-2024).



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

No ensino superior, uma das principais consequências da pandemia de Covid-19 foi a incorporação intensiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Como demonstra a Tabela 16, esse cenário impulsionou a expansão do ensino a distância (EAD) em relação ao modelo presencial. Entre 2020 e 2024, a modalidade a distância registrou um crescimento de 38,6%, atingindo a marca de 209.882 matrículas e consolidando um predomínio de 56,6% do mercado no último ano. Em contrapartida, o ensino presencial apresentou uma evolução mais moderada de 32%, detendo uma participação de 43,4% do total.

Tabela 16 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por modalidade de ensino – Pará (2020-2024).

Modalidade/Ano	2020	2024	Var.% (2020-2024)	Part. (%) 2024
Total Pará	**273.380**	**370.821**	**35,6**	**100**
Presencial	121.921	160.939	32,0	43,4
À distância	151.459	209.882	38,6	56,6

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

Quanto ao grau acadêmico, o bacharelado permanece como a categoria predominante, concentrando 232.187 matrículas e detendo uma participação de 62,6% em 2024. No intervalo entre 2020 e 2024, essa modalidade registrou uma expansão de 39,3%. A licenciatura ocupa a segunda posição, com 92.535 alunos e uma fatia de 25% do total, após crescer 21,8% no período. Merece destaque o grau de tecnólogo que, apesar de representar 12,3% do volume total, apresentou a maior taxa de crescimento proporcional entre as categorias: 48,5% (Tabela 17).

Tabela 17 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por grau acadêmico – Pará (2020-2024).

Grau acadêmico/ Ano	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. % 2024
Total Pará	**273.380**	**370.821**	35,6	**100**
Bacharelado	166.630	232.187	39,3	62,6
Licenciatura	75.971	92.535	21,8	25,0
Tecnólogo	30.635	45.491	48,5	12,3
Não aplicável	144	608	322,2	0,2

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

A Tabela 18 detalha as modalidades de financiamento estudantil entre 2020 e 2024, destacando três programas federais que, somados, representam cerca de 17,5% do total de benefícios. O ProUni Integral destaca-se com o maior volume de adesões, totalizando 15.817 matrículas em 2024 — um crescimento de 23,1% que lhe confere uma participação de 10,8%. Em contraste, o FIES ocupa o segundo lugar com 8.544 matrículas, mas apresenta uma retração de -28,4%, detendo apenas 5,8% de participação. O ProUni Parcial seguiu a mesma tendência de queda, com recuo de -58,3% e apenas 1.389 registros (0,9% do total) no último ano analisado.

Tabela 18 – Número de matrículas do ensino superior, por tipo de financiamento estudantil – Pará (2020-2024).

Tipo de financiamento	Números de matrículas		Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
	2020	2024		
Total Pará	**114.627**	**146.637**	**27,9**	**100**
FIES	11.935	8.544	-28,4	5,8
ProUni Integral	12.848	15.817	23,1	10,8
ProUni Parcial	3.327	1389	-58,3	0,9
Outros financiamentos	86.517	120.887	39,7	82,4

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

A distribuição de matrículas pelas Regiões de Integração (RIs), conforme detalhado na Tabela 19, revela que em 2024 a maior concentração de alunos ocorreu em três regiões: Guajará (142.401), Carajás (47.077) e Baixo Amazonas (32.307), que juntas detêm participações de 38,4%, 12,7% e 8,7%, respectivamente. Em termos de representatividade menor, destacam-se as RIs do Tapajós (1,6%), Lago de Tucuruí (3,2%) e Xingu (3,5%).

Quanto à variação no período, observa-se a tendência crescimento em todas as regiões. O destaque positivo ficou com as RIs Marajó (85,2%), Xingu (80,3%) e Araguaia (52,3%), que apresentaram as maiores expansões. Por outro lado, os índices de crescimento mais discretos foram registrados no Guajará (22,3%) e no Baixo Amazonas (25,8%).

Tabela 19 – Número de matrículas na educação superior, por RI – Pará (2020-2024).

PA/R I	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**273.380**	**370.821**	**35,6**	**100,0**
Araguaia	10.581	16.113	52,3	4,3
Baixo Amazonas	25.684	32.307	25,8	8,7
Carajás	31.836	47.077	47,9	12,7
Guajará	116.481	142.401	22,3	38,4
Guamá	17.314	25.297	46,1	6,8
Lago de Tucuruí	9.351	11.880	27,0	3,2
Marajó	9.318	17.253	85,2	4,7
Rio Caeté	9.714	13.955	43,7	3,8
Rio Capim	12.814	17.519	36,7	4,7
Tapajós	4.803	6.099	27,0	1,6
Tocantins	18.365	28.088	52,9	7,6
Xingu	7.119	12.832	80,3	3,5

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

No ranking dos dez municípios com maior representatividade no ensino superior do Pará em 2024, Belém mantém o protagonismo, concentrando 112.895 matrículas. Na sequência, destacam-se Ananindeua e Santarém, com participações de 25,1% e 25%, respectivamente. No que se refere à evolução do número de matrículas no período, os crescimentos mais expressivos foram registrados em Altamira (67,7%), Ananindeua (53,9%) e Parauapebas (50%).

Tabela 20 – Ranking dos 10 municípios com maior número de matrículas na educação superior – Pará (2020-2024).

Ranking	PA/Municípios	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
-	**Pará**	**273.380**	**370.821**	**35,6**	**100,0**
1º	Belém	97.684	112.895	15,6	115,6
2º	Ananindeua	15.930	24.524	53,9	25,1
3º	Santarém	19.929	24.420	22,5	25,0
4º	Marabá	15.740	21.983	39,7	22,5
5º	Parauapebas	13.261	19.886	50,0	20,4
6º	Castanhal	14.873	18.967	27,5	19,4
7º	Altamira	6.182	10.370	67,7	10,6
8º	Tucuruí	6.407	8.207	28,1	8,4
9º	Abaetetuba	5.601	8.010	43,0	8,2
10º	Paragominas	5.864	7.957	35,7	8,1
-	Outros	71.909	113.602	58,0	116,3

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

6.2 – Perfil dos estudantes matriculados na educação superior

Com o intuito de delinear o perfil social do estudante de ensino superior no Pará, analisou-se o contingente de matriculados segundo as variáveis sexo, raça/cor (Tabela 21) e faixa etária (Tabela 22). Quanto à primeira, observa-se a predominância do público feminino, que apresentou crescimento de 1,3% entre 2020 e 2024, atingindo 61,9% do total no último ano. Em contrapartida, a participação masculina recuou -2,1%, situando-se em 32,9%.

No que tange à raça/cor, a maioria das matrículas permanece concentrada em estudantes autodeclarados “pardos” (46,9% em 2024), apesar da retração de -14,9% em relação a 2020. O grupo de cor/raça “branca”, por sua vez, representou 32,9% do total em 2024, registrando a maior expansão

do período (62,2%). Já a população "preta" correspondeu a 5,9% das matrículas, com incremento de 14,2% face a 2020. Destaca-se, negativamente, a redução acentuada entre "indígenas" (-42,3%), que somaram apenas 1,1% no ano de referência.

Conclui-se que, embora o grupo de "pardos" mantenha a maior fatia do percentual de matrículas, houve uma variação negativa em seu volume. Simultaneamente, os índices de pessoas "pretas" e "brancas" elevaram-se, ainda que o crescimento do primeiro grupo tenha ocorrido em menor escala. Tal cenário pode estar associado ao fortalecimento da autodeclaração vinculada às políticas de cotas. Além disso, os reflexos da pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2021 impactaram severamente o acesso e a permanência no ensino superior, especialmente entre a população de baixa renda, composta majoritariamente por "pretos" e "pardos".

Tabela 21 – Percentual de matrículas na educação superior, por sexo e raça/cor – Pará (2019–2023).

Anos	Sexo		Raça/Cor					
	Feminino	Masculino	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarado
2020	61,1	38,9	20,3	5,2	55,1	1,8	1,8	15,8
2024	61,9	38,1	32,9	5,9	46,9	2,2	1,1	11,0
Var. (%) 2020-2024	**1,3**	**-2,1**	**62,2**	**14,2**	**-14,9**	**24,2**	**-42,3**	**-30,4**

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

Quanto à distribuição por faixa etária, observa-se a predominância de jovens entre 19 e 24 anos, que concentravam 40,1% das matrículas em 2024. Na sequência, destacam-se os grupos de 25 a 29 anos (19,6%) e de 30 a 34 anos (13%). Em contrapartida, a menor representatividade recai sobre indivíduos acima de 65 anos, com participação inferior de 0,1% (Tabela 22).

Nota-se, contudo, que os estratos acima de 40 anos registraram as maiores variações percentuais no período. Esse fenômeno indica uma tendência crescente de inserção de adultos e idosos no ensino superior, com destaque para as faixas de 60 a 64 anos e 55 a 59 anos, que apresentaram expansão de 62,7% e 62,1%, respectivamente.

Sob a ótica do volume absoluto, os jovens continuam sendo o grupo com maior ingresso no sistema de ensino: a faixa de 19 a 24 anos obteve um acréscimo de 43.498 matrículas entre 2020 e 2024, enquanto o grupo de 25 a 29 anos registrou 18.075 novos vínculos, configurando os maiores avanços numéricos do intervalo analisado.

Tabela 22 – Número de matrículas na educação superior, por faixa etária – Pará (2019–2023).

PA/Faixa etária	2020	2024	Var. (%) 2020-2024	Part. (%) 2024
Pará	**273.380**	**370.821**	**35,6**	**100**
Até 18 anos	7.870	8.995	14,3	2,4
De 19 a 24 anos	105.065	148.563	41,4	40,1
De 25 a 29 anos	54.471	72.546	33,2	19,6
De 30 a 34 anos	38.920	48.048	23,5	13,0
De 35 a 39 anos	30.459	38.033	24,9	10,3
De 40 a 44 anos	18.522	27.147	46,6	7,3
De 45 a 49 anos	10.057	14.793	47,1	4,0
De 50 a 54 anos	4.848	7.557	55,9	2,0
De 55 a 59 anos	2.073	3.361	62,1	0,9
De 60 a 64 anos	757	1.232	62,7	0,3
65 anos ou mais	338	546	61,5	0,1

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2020-2024.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2026.
Dados coletados até 02/03/2026.

Em suma, os dados revelam um cenário de transição no perfil do ensino superior no Pará entre 2020 e 2024. Enquanto a hegemonia feminina se consolida e o volume de matrículas jovens atinge patamares recordes em números absolutos, observa-se um movimento de diversificação etária com o expressivo crescimento percentual de estudantes acima de 40 anos. No âmbito étnico-racial, embora a população parda permaneça majoritária, a retração observada nesse grupo, em paralelo à elevação das autodeclarações de pretos e brancos, sugere um realinhamento possivelmente impulsionado por mecanismos de inclusão e políticas de cotas. Por fim, os impactos da pandemia de Covid-19 destacam-se como um fator determinante na oscilação desses indicadores, evidenciando a vulnerabilidade persistente dos grupos de menor renda no acesso à educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. REPÚBLICA FEDERATIVA DO. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 abr. 2026.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 16 abr. 2026.

_____. **Decreto Nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm>. Acesso em: 06 abr. 2026.

_____. **Decreto Nº 12.048, de 5 de junho de 2024**. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12048.htm>. Acesso em: 06 abr. 2026.

_____. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14. 818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. REPUBLICA FEDERATIVA DO Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de abr. de 2026.

BRASIL. **Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 de abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 10 de abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 09 de abr. de 2026.